

Manifestos Públicos em Tempos de Covid-19

Ana Claudia Teixeira e Adriana Pismel

Nepac/Unicamp

Outubro de 2020

Citar como: TEIXEIRA, Ana Claudia C.; PISMEL, Adriana C. Manifestos Públicos em Tempos de Covid-19. Campinas: NEPAC/UNICAMP, setembro de 2020. Disponível em: (https://www.nepac.ifch.unicamp.br/pf-nepac/manifestos_publicos_em_tempos_de_covid_19.pdf).

Ana Claudia é Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Unicamp e Co-coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Participação, Movimentos Sociais e Ação Coletiva (NEPAC/Unicamp). Contato: anatex99@uol.com.br. Adriana é doutoranda em Ciência Política na Unicamp e pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em Participação, Movimentos Sociais e Ação Coletiva (NEPAC/Unicamp). Contato: adrianacpismel@gmail.com

É tempo de caminhar em fingido silêncio,
e buscar o momento certo do grito,
aparentar fechar um olho evitando o cisco
e abrir escancaradamente o outro.

É tempo de fazer os ouvidos moucos
para os vazios lero-leros,
e cuidar dos passos assuntando as vias,
ir se vigiando atento, que o buraco é fundo.

É tempo de ninguém se soltar de ninguém,
mas olhar fundo na palma aberta
a alma de quem lhe oferece o gesto.
O laçar de mãos não pode ser algema
e sim acertada tática, necessário esquema.

É tempo de formar novos quilombos,
em qualquer lugar que estejamos,
e que venham os dias futuros, salve 2020,
a mística quilombola persiste afirmando:
“a liberdade é uma luta constante”

Tempo de nos aquilombar, Conceição Evaristo, 31/12/2019

Desde março de 2020, quando as notícias sobre a pandemia acendiam os sinais de que ela não seria branda, a sociedade civil brasileira se organizou para enfrentá-la. Como disseram os versos premonitórios de Conceição Evaristo, 2020 seria um tempo de ninguém se soltar de ninguém, de formar novos “quilombos”. Em agosto de 2020, cinco meses depois, a covid-19 já tinha feito mais de 100 mil vítimas fatais; explicitou e aprofundou todas as mazelas e desigualdades do País. Por outro lado, ela também fez com que a sociedade civil se aquilombasse, se engajasse, praticasse o “nós por nós” na ausência do Estado e realizasse inúmeros atos de solidariedade, tais como doação de alimentos, campanhas de esclarecimento e informação, redes de apoio econômico e psicológico, entre tantos outros.¹ Houve, além disso, uma forma específica de incidência política da sociedade civil – que, na verdade, sempre fez parte do repertório

¹ Para refletir sobre esta pluralidade de ações da atuação da sociedade civil ver relatório de pesquisa produzido pelo Resocie. Abers, Rebecca e von Bülow, Marisa. “A sociedade civil das periferias urbanas frente à pandemia (março-julho 2020)”, Relatório de Pesquisa 1 do Repositório de Iniciativas da Sociedade Civil contra a Pandemia do Grupo de Pesquisa Resocie, Universidade de Brasília, Brasília, 30 de junho, disponível em: <https://resocie.org/relatorios-de-pesquisa-do-repositorio/>

de ação coletiva de movimentos sociais e redes de organizações da sociedade civil²: elaboração e divulgação do que chamamos aqui de *manifestos públicos* no contexto da covid-19. Consideramos manifesto público todo documento construído coletivamente e assinado, que expressa e publiciza o posicionamento oficial de um conjunto de sujeitos face a determinado tema ou questão. Esses documentos podem ser de denúncia e/ou de proposição sobre a temática abordada. Em geral são assinados por organizações, mas, mesmo quando assinados por indivíduos, são fruto de uma ação desses indivíduos inseridos e relacionados num coletivo. Assim sendo, coletamos notas, informes, cartas de repúdio, documentos, que, em poucas linhas, expressavam o desacordo com os rumos das políticas de enfrentamento da doença e das suas consequências sociais e econômicas e, em muitos casos, também sugeriam alternativas. Alguns *manifestos públicos* foram lançados como reação imediata a alguma medida tomada pelo Governo Federal, outros foram acompanhados por campanhas mais amplas nas mídias sociais, por debates públicos via redes, ou por campanhas de solidariedade.

O presente texto procura compreender quais foram as principais pautas, políticas públicas e mudanças de paradigmas que perpassaram os *manifestos públicos* produzidos nos últimos meses, em torno da covid-19³. Quando iniciamos este trabalho queríamos também entender a ampla rede de articulação de sujeitos que se envolveram na produção e assinatura das cartas e notas, mas, optamos por fazer inicialmente uma identificação de agendas, antes de dar outros passos de análise. Optamos, portanto, por deixar o trabalho de identificação das redes e laços entre os sujeitos - que exigiria um esforço de “análise de redes” - para um momento posterior. Nossa intenção inicial também era identificar as convergências de pautas e de sujeitos, apontando as tramas que os enlaçam, mas optamos aqui neste texto por focar na *diversidade* – e não na convergência – *de temas* presentes nos discursos e ideias vocalizados pelos manifestos.

² O termo “repertório de ação coletiva” é de Charles Tilly. Ele, em outro momento da sua trajetória, utiliza também o termo “repertório de confronto”. Os repertórios são o conjunto de formas de ação que movimentos sociais utilizam para estar na cena pública e buscar provocar mudanças, tais como greves, marchas, petições, abaixo-assinados, organização de grupos, etc.

³ Para ter acesso ao material sistematizado pelas autoras, que subsidia as análises e tabelas aqui apresentadas, favor entrar em contato por e-mail.

Nessa diversidade – é importante que se diga – são evidentes as tramas e convergências. Tem sido muito difundida a ideia de que o chamado “campo popular” ou “campo das esquerdas” está muito fragmentado, mas estes documentos mostram que talvez não seja bem assim, e que haja muitos laços costurados neste momento de pandemia. Há – recorrendo novamente ao belo poema de Conceição Evaristo – um “laçar de mãos como tática”. Possivelmente os laços já existiam e tenham sido apenas apertados um pouco mais, mas pode ser também que tenham sido costurados pela primeira vez justamente num momento de maior adversidade. Ainda que este texto não dê conta das convergências, as pistas presentes aqui podem contribuir para que esta pergunta sobre as aproximações e convergências no contexto da pandemia seja respondida em trabalhos futuros. É possível, no entanto, afirmar que pessoas e organizações em isolamento físico buscaram romper as distâncias para fazer valer a vida, não apenas em termos de solidariedade material, mas por meio da incidência política, com a elaboração e divulgação de manifestos públicos.

Os documentos que incluímos nesta pesquisa foram recolhidos entre abril e agosto de 2020, tendo alguns chegado a partir da contribuição de pessoas da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político, a outros tivemos acesso a partir de uma postura ativa de acompanhamento de sites e mídias sociais de vários movimentos, e busca de notícias nas impressas tradicional e alternativa.⁴ Não levamos em consideração aqui tudo que recebemos. Adotamos alguns critérios para fazer uma seleção:

1. Documentos que são de proposição ou repúdio voltados a órgãos de Estado ou à sociedade em geral.
2. Documentos “nacionais” ou “regionais”. Para efeitos desta pesquisa, descartamos textos produzidos nos âmbitos estadual, municipal ou por

⁴ Dentre estas contribuições destacamos os materiais enviados por Lúcia Xavier, da organização Criola, por Hugo Fanton da Central de Movimentos Populares, Sandra Quintela do Jubileu Sul, Carmen Silva da Articulação de Mulheres Brasileiras e Franklin Félix da Abong. A todos eles, muito obrigada. Também agradecemos a Evanildo Barbosa (da FASE e da Abong) que nos incentivou a incluir uma leitura sobre as políticas públicas mencionadas nos documentos, bem como sobre os “novos modelos de sociedade”. Agradecemos a ele todas essas pistas. Por fim agradecemos a leitura atenta e contribuições à primeira versão deste texto feitas por Veronika Paulics, Evanildo Barbosa, Carmen Silva, Marisa von Bülow, Marcelo Kunrath Silva, Evelina Dagnino, Luciana Tatagiba, Rodger Richer, Cassia Medeiros Furtado, Clarice Ariela, Gustavo Albuquerque Lima, Jordy Pereira Melo, Matheus Henrique H. dos S. Fagundes, Monica Pereira Ruiz, Rani Thaline de Alcantara Teles e André Toledo.

comunidades/bairros, bem como os textos elaborados por uma única instituição regional ou municipal.

3. Não incluímos *posts* inseridos em mídias sociais por um único indivíduo, mas, sim, documentos assinados por coletivos e/ou indivíduos organizados coletivamente. Esses documentos foram encontrados em jornais e páginas oficiais das organizações proponentes (veja os links no anexo 1).

4. Não nos restringimos apenas a movimentos sociais mais conhecidos, buscamos incluir iniciativas inclusive fora do campo dos movimentos sociais para perceber proximidades e diferenças, tais como grupos de desembargadores e juristas e iniciativas de fundações empresariais.

5. Não incluímos campanhas exclusivamente de solidariedade, nem cartilhas orientadoras.

6. Descartamos notas de médicos ou especialistas.

No total, nossa seleção até o momento (10/08/2020) é de 72 documentos. A lista completa utilizada encontra-se em ordem alfabética no anexo 1. Sabemos que esta lista pode ser muito maior, por isso não consideramos este um trabalho acabado, nem exaustivo. No anexo, encontram-se, além do título do documento, os proponentes da iniciativa, a data de publicação (quando houver a informação) e o link para o documento.

Estruturamos o texto nos seguintes itens: no primeiro, apresentamos uma **visão geral** sobre o material. No segundo, apresentamos os **conteúdos**, procurando destacar a variedade de temas e abordagens presentes no material. No terceiro, apresentamos as **políticas públicas mencionadas** pelos textos. No quarto, identificamos algumas formulações presentes nos diversos documentos que apontem **alternativas, novos paradigmas ou novos modelos de sociedade**. Por fim, como conclusão, destacamos alguns **desdobramentos possíveis** de análise a partir deste material.

I. **Visão geral sobre o material**

Quanto ao formato, analisando os 72 documentos, percebemos que cada um deles é nomeado de uma forma diferente: alguns chamam de “manifesto”, outros

“carta”, “nota pública” ou “campanha”. O tamanho varia de um parágrafo a muitas páginas, chegando a constituir, nesses casos, uma espécie de dossiê, com dados, referências e proposições. O maior manifesto inserido nesta pesquisa tem 100 páginas.

Quanto ao tom, todos têm um caráter de denúncia, mas 70% deles são também propositivos, ou seja, têm uma perspectiva ao mesmo tempo de denunciar e de apresentar alternativas para enfrentar a covid-19. Metade dos documentos (35 deles) mencionam políticas públicas concretas, seja para defendê-las, seja para criticá-las.

Em relação a quem se destinam, os manifestos públicos em geral estão dirigidos aos poderes públicos: executivo, legislativo, judiciário, STF etc. Boa parte dos movimentos sociais escrevem mais voltados para os três poderes e mencionam propostas de enfrentamento à pandemia conectadas a políticas públicas. Muitas cartas, no entanto, são como “campanhas abertas” que parecem se voltar para a sensibilização de toda sociedade.

Fizemos uma distinção entre organizações proponentes e organizações que assinam. Nas assinaturas dos documentos, 27 manifestos são assinados por organizações (sendo que a maioria deles são assinados por até 100 organizações e apenas sete têm mais de 100 organizações assinando); 19 manifestos são assinados apenas por indivíduos e dois (2) mesclam a assinatura de indivíduos e organizações. 24 manifestos não têm assinatura, casos em que as próprias organizações proponentes são articulações, como a ABONG, a Coalizão Negra por Direitos ou a Rede Brasileira de Justiça Ambiental. Ou seja, denotam autoria explícita e coletiva.

Do ponto de vista temporal, é possível dizer que no início da pandemia as pautas dos manifestos eram mais em torno de propostas para garantir direitos ou assistência aos mais vulneráveis. Com o passar das semanas, e com a limitada ação do Governo Federal – ou melhor, com sua ação de ir contra os direitos, de negar a pandemia e fazer ameaças a rupturas democráticas – os documentos, ao mesmo tempo que continuaram discutindo formas de amenizar os efeitos da pandemia, também foram se posicionando pela democracia, contra o governo (Fora Bolsonaro/Fora Mourão/pelo impeachment), contra o fascismo.

Do fim de maio em diante, com a onda global de protestos contra a morte de George Floyd, as cartas passaram a mencionar de forma mais enfática o racismo. Não que sua denúncia não estivesse presente nos manifestos desde o início da pandemia –

é importante que se diga – mas ganhou mais projeção a necessidade de uma luta antirracista para enfrentar a pandemia.

Os documentos mostram também um processo de aglutinação de forças sob bandeiras mais amplas. Ao mesmo tempo que se nota esta aglutinação, constata-se também que o tom dos documentos passa a ser mais genérico em defesa da democracia - com iniciativas muito diferentes entre si, mas que buscam unir diferentes setores, como #juntos, Somos 70%, dentre outros.

II. **Sobre o que os manifestos falam: as pautas que mobilizam a sociedade civil**

Há muitas formas de sistematizar os conteúdos presentes nesses 72 documentos. Procuramos aqui organizar o artigo em seis pautas que nos chamaram a atenção, destacando de que maneira elas são descritas nos textos. São elas: um olhar sobre a desigualdade e os mais vulneráveis; segurança alimentar e nutricional e agricultura familiar; saúde e saneamento; meio ambiente; economia, trabalho e renda; e crise do sistema político e da democracia. Vários documentos mencionam mais de uma das pautas tratadas aqui. Assim como Rebecca Abers e Marisa von Bülow, no relatório citado no início deste texto, e a socióloga Donatella della Porta em palestra recente, observamos também o que a literatura de movimentos sociais denomina “frame bridging”, ou seja, **as organizações e articulações criam pontes entre as demandas atuais da pandemia e suas agendas anteriores.**

1. **Um olhar para a desigualdade e os mais vulneráveis**

Muitos dos manifestos públicos apontam que a pandemia ilumina as desigualdades “sociais, étnico-raciais e de gênero e as condições precárias de vida a que estão submetidas parcelas imensas da população brasileira”⁵. **É consenso que a pandemia não afetou a todos da mesma maneira.** Há populações mais vulneráveis, que sofrem mais com a pandemia e seus efeitos: os pobres, a população negra, as mulheres, os LGBTQIA+, os idosos e crianças, trabalhadores informais, os povos indígenas, moradores de favelas, população de rua, comunidades tradicionais e os que

⁵ ASA reforça apelo da sociedade civil pela garantia do direito à alimentação adequada durante pandemia

vivem em áreas mais isoladas e sem infraestrutura. De acordo com o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH):

esta crise se abate sobre os sujeitos humanos para os quais os direitos humanos nunca chegaram, sequer como promessa, menos ainda como realização. [...] Para elas e eles a pandemia é ainda mais cruel, reforçando desigualdades históricas, discriminações e racismos estruturantes, exclusões e opressões presentes, injustiças e violações recorrentes.⁶

Os documentos escritos por movimentos que atuam nas *favelas e territórios periféricos* pautam de forma mais explícita a questão da qualidade e acessibilidade da informação que é divulgada sobre a pandemia. Provavelmente esta ênfase tem origem no midiatismo praticado por movimentos, que buscavam, desde o tempo das primeiras rádios comunitárias, trazer mais informação às suas comunidades. Por exemplo, para a Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras⁷ as medidas de isolamento e quarentena propagadas pelos meios de comunicação em massa não repercutem nessas comunidades, pois são “completamente dissociadas da realidade vivida pela população negra, de periferias e favelas deste país.” Por isso, defendem a elaboração de recomendações de proteção que considerem a realidade dessas comunidades e repasse de recursos para fortalecer redes comunitárias de comunicação para difundir “orientações sobre formas de proteção que levem em conta linguagem, classe, territórios e identidades para fortalecer a imunidade” de seus moradores. Também incentivam que as comunidades comprem alimentos nos comércios locais e pedem recursos financeiros para fortalecer redes comunitárias de comunicação, que sabem como dialogar com suas comunidades⁸.

A vulnerabilidade dos *povos indígenas* infelizmente se destaca. De acordo com as iniciativas analisadas, esses grupos são os que parecem estar mais isolados – seus aliados estão dentro dos campos ambientalista e religioso e majoritariamente no exterior, fora do Brasil. Suas pautas também são mais voltadas para sua sobrevivência – impedir a atividade de garimpos – focos de disseminação da covid-19 – e pedir mais recursos para a saúde das comunidades – ou fazem demandas mais amplas, como mais respeito para com a “mãe natureza”.

⁶ Todas as vidas valem.

⁷ Carta das Mulheres Negras sobre o Covid-19 à Sociedade Brasileira.

⁸ Propostas de medidas para reduzir os impactos da pandemia de Covid 19 nos territórios das favelas brasileiras.

São manifestos que denunciam a falta de protocolos oficiais e medidas sanitárias específicas para a população indígena, que deveriam ser elaborados pelo Ministério da Saúde e outros órgãos oficiais para conter a propagação da doença entre estas comunidades. Além disso, denunciam a falta de recursos para garantir a subsistência durante o período de isolamento social e as tentativas do governo de aproveitar o momento da pandemia para entrar nos territórios tradicionais⁹.

Repudiam, por exemplo, a inclusão do Artigo 13º no capítulo 4 do PL Nº 1142, de 2020, que disserta sobre o atendimento emergencial aos povos indígenas no contexto da covid-19. Esse artigo autoriza a entrada e permanência de terceiros e missionários em seus territórios durante a pandemia, o que fere “os princípios de autodeterminação e autonomia aos povos indígenas isolados garantidos pela legislação brasileira através da política do não-contato” e colocam sua saúde em risco.¹⁰

Quanto às *populações de rua*, a maioria dos manifestos que abordam o tema recomenda que as estratégias de prevenção sejam pensadas dentro da realidade dessas pessoas, ou seja, considerem a dificuldade de acesso a água para higiene e sua condição socioeconômica. Também sugerem a elaboração de material informativo sobre os riscos da covid-19 e estratégias de prevenção em linguagem acessível. As principais recomendações dialogam com propostas já conhecidas pelos urbanistas e defensores do direito à cidade, como a criação de Serviço de Moradia Social e de Locação Social, utilização de prédios públicos sem uso e hotéis fechados para a realização de isolamento social¹¹.

O documento escrito pela Campanha Nacional Criança Não é de Rua e aliados reforça que é preciso “criar uma narrativa humanitária, de sensibilização da sociedade em relação à real situação dessa população e não usar a prevenção e o combate à covid-19 para aumentar a discriminação, as ações higienistas e a internação compulsória das pessoas em situação de rua”.¹² Outras propostas pedem que os

⁹ Nota pública: Apoio a população quilombola frente a COVID-19; Fora garimpo, fora Covid. Praharayu warë wamaki! Yanomae Urihiha Xawara wa praharayu!

¹⁰ Nota de repúdio contra a tentativa de legalização das missões religiosas em territórios ocupados por indígenas em isolamento voluntário.

¹¹ Propostas da sociedade civil para garantia de direitos humanos à População de Rua; O Combate à Pandemia Covid-19 nas Periferias Urbanas, Favelas e Junto aos Grupos Vulneráveis.

¹² Propostas da sociedade civil para garantia de direitos humanos à População de Rua.

cancelamentos de despejos e reintegrações de posse também sejam entendidos como essenciais durante o período de isolamento social.¹³

Além destas, algumas iniciativas chamaram atenção para outros grupos que enfrentam dificuldade e estão expostos durante a pandemia, como os *catadores de material reciclável*¹⁴ e os *entregadores de aplicativos*¹⁵, que têm se mobilizado por proteção e condições dignas de trabalho.

A pauta da *segurança pública* aparece em vários manifestos. Em quase todos os documentos que se referem à periferia, há uma demanda comum: o pedido de suspensão de operações policiais durante a pandemia e que, caso ocorram, sejam acompanhadas sistematicamente.¹⁶ Para impedir que mais vidas sejam perdidas, o manifesto público “O Combate à Pandemia Covid-19 nas Periferias Urbanas, Favelas e Junto aos Grupos Vulneráveis” demanda a criação de um novo programa de segurança pública, que conte com “a participação ativa dos moradores, em especial das favelas e periferias, fundado na inclusão social, na desmilitarização das polícias, na universalização da segurança pública, na investigação e inteligência, e na descriminalização das drogas” (p. 14). Outra iniciativa que mostra o esforço de pensar uma nova política de segurança vem dos Policiais Antifascistas. Em seu manifesto¹⁷ se dirigem a outros policiais e pedem que eles se juntem ao combate ao fascismo dentro das forças policiais e que se solidarizem com outros trabalhadores.

Diversos documentos apontam a necessidade urgente de debater o *racismo*. Pois o agravamento da pandemia e a falta de medidas necessárias para proteger as populações mais vulneráveis escancara nosso racismo estrutural. De acordo com o manifesto público do 1º Encontro Nacional de Povos de Terreiro¹⁸:

Ao contrário do que se tem dito, o Corona Vírus não é “um vírus democrático”. A democracia da doença passa longe dos postos de atendimento do SUS e das filas das desempregadas/os e desamparadas/os pelo Estado, sem comida e sem medicamentos. *A pandemia escancara os efeitos do racismo estrutural*, que caracteriza as relações de poder e de consumo no Brasil, evidenciando

¹³ Campanha Despejo Zero – Em defesa da vida, no campo e na cidade.

¹⁴ Covid-19: Defensorias e MPT recomendam proteção a catadoras e catadores.

¹⁵ Aplicativos de entrega, distribuam alimentação e álcool em gel para os motoboys!

¹⁶ Propostas dos movimentos populares para enfrentar a crise do coronavírus.

¹⁷ Policiais antifascismo em defesa da democracia popular.

¹⁸ FORA BOLSONARO E MOURÃO!!!!!!

que, para a imensa maioria das famílias de pretas e pretos, nunca existiu a Pátria Mãe Gentil (grifos nossos.)

Num momento em que a orientação é ficar em casa, as Mulheres Negras¹⁹ perguntam à sociedade: *quarentena para quem?*, uma vez que as medidas de isolamento propostas não levam em consideração a realidade vivida pela população negra que mora nas periferias e favelas. As recomendações não levam em consideração “que é na convivência diária, solidariedade e no apoio comunitário que as vítimas da omissão do poder público se sustentam. O apoio comunitário [... é uma] estratégia de enfrentamento às condições de pobreza, de combate aos efeitos do racismo e às desigualdades raciais”.²⁰ Assim sendo, entendem que as recomendações feitas pelo poder público são incompatíveis com a realidade vivida por essas comunidades, nas quais a maioria das pessoas não foi liberada do trabalho, não pode ficar em casa e precisa utilizar o transporte público.

Os documentos analisados argumentam que o racismo estrutural vinculado ao descaso e à falta de medidas concretas de enfrentamento à pandemia explicitam o *genocídio da população negra*, pois ela é mais exposta e vulnerável ao vírus. Também denunciam a “captura racista dos aparelhos estatais que deveriam auxiliar e proteger as populações negras no Brasil”, ao criticar a nomeação do presidente da Fundação Palmares²¹.

Para enfrentar a atual crise sanitária, exigem que as estratégias de intervenção em assentamentos informais sejam “acompanhadas e articuladas a medidas de proteção social e econômica que precisam ser implementadas no País e que vão muito além de programas de renda mínima”.²² Afirmam ainda que as medidas de prevenção sejam de fato “inclusivas e verdadeiramente para todos e todas”²³ e exigem o acompanhamento sistemático de ações policiais nos bairros periféricos e favelas, e o monitoramento de casos de violência doméstica, sexual e feminicídio – que estão aumentando durante a pandemia. Recomendam, por fim, maior proteção para defensoras e defensores de direitos humanos²⁴.

¹⁹ Carta das Mulheres Negras sobre o COVID-19 à sociedade brasileira.

²⁰ Idem.

²¹ Nota pública: Apoio a população quilombola frente à COVID-19.

²² O Combate à Pandemia Covid-19 nas Periferias Urbanas, Favelas e Junto aos Grupos Vulneráveis.

²³ Carta das Mulheres Negras sobre o COVID-19 à sociedade brasileira.

²⁴ Idem.

Para as organizadoras da 8ª edição do Julho das Pretas, as mobilizações internacionais têm chamado atenção para o genocídio da população negra. Para elas, uma forma de dar um tom mais propositivo a essa mobilização política é “transpor a narrativa da “denúncia do genocídio” para a “valorização das vidas negras” [...]. A defesa das Vidas Negras, assim, no feminino, universaliza o tom da humanidade negra e afirma a diversidade das agendas políticas encampadas pelas mulheres negras.”²⁵ Para elas, essa seria uma forma de humanizar o debate e ampliar a defesa de que todas as vidas negras importam.

A discussão sobre racismo também ganha destaque em outras iniciativas, como o Esporte pela Democracia, cujos atletas e ex-atletas que organizam o manifesto afirmam que não é possível falar sobre esporte e democracia sem enfrentar o racismo e se comprometem a dar protagonismo à negritude em suas ações.²⁶

As iniciativas analisadas concordam sobre quem são os grupos mais vulneráveis durante a pandemia, e também entendem que as *mulheres*, especialmente as *mulheres negras*, são as mais afetadas. Sobre elas recaem as atividades do trabalho doméstico e reprodução da família – que são intensificadas durante o período de isolamento social e crise econômica.

Elas também denunciam o *aumento da violência* durante o período de isolamento social e da sobrecarga das tarefas de trabalho doméstico e de cuidado de crianças e idosos que recaem sobre elas.

Somos nós, as mulheres, majoritariamente negras, que assumimos a responsabilidade social, afetiva e profissional do cuidado e também a responsabilidade política da luta e da denúncia, da defesa de direitos e da democracia.²⁷

É ainda fundamental ressaltar que nesse contexto em que são necessárias medidas drásticas para conter a circulação de pessoas, uma carga ainda maior de trabalho doméstico e de cuidado com as crianças, idosos e doentes recai sobre as mulheres, principalmente as mulheres negras. Esse quadro é ainda mais preocupante se considerarmos que parte significativa dessas mulheres estão excluídas do mercado de trabalho, sobretudo daquele trabalho que possa ser realizado de forma remota em casa e manter alguma forma de

²⁵ 8ª Edição do Julho das Pretas – Em Defesa das Vidas Negras, pelo Bem Viver.

²⁶ Esporte pela democracia.

²⁷ Mulheres em luta contra o desgoverno genocida!

remuneração, pois esse tipo de trabalho está usualmente associado às profissões que exigem mais anos de estudo, o que, devido à desigualdade sócio racial no Brasil, privilegia pessoas brancas.²⁸

Além da sobrecarga de trabalho dentro de casa, elas *também são as mais expostas em seus ambientes de trabalho* e em serviços que compõem a linha de frente:

Somos quase duas milhões de enfermeiras, técnicas e auxiliares de Enfermagem, as primeiras que tomamos a praça pública para denunciar a irresponsabilidade do Poder Público. Fomos as últimas a receber os equipamentos de proteção individuais (EPIs) e as primeiras a tombar: 103 já foram mortas pela covid-19.²⁹

Os manifestos apontam como é preciso repensar as formas de organização social e produtiva ao enfrentar a pandemia e a pós-pandemia. Por exemplo, a Articulação das Mulheres Brasileiras³⁰ reivindica que o cuidado seja incorporado como "dimensão ética central, como responsabilidade das famílias, da sociedade e do Estado e paradigma de uma nova forma de viver." Já as *Organizaciones de mujeres indígenas, organizaciones feministas, ecofeministas y de la sociedad civil*³¹ afirmam que é preciso exigir "*a los Estados colocar la agenda de las mujeres como prioritaria*" não apenas para traçar estratégias para lidar com os efeitos da pandemia, mas também para pensar a construção de novas formas de organização social e produtiva.

Uma forma apontada para proteger as mulheres durante o período de isolamento social é pressionar para impedir a paralisação dos serviços de saúde e assistência social, para que não houvesse o aumento da sua responsabilização por trabalhos domésticos e de cuidado que são responsabilidade desses serviços públicos, permitindo assim evitar a "transferência ainda maior das responsabilidades do poder público e da sociedade para as mulheres na esfera familiar, onerando-as e inviabilizando suas condições de proteção contra as múltiplas formas de violência que as atingem"³².

²⁸ O Combate à Pandemia Covid-19 nas Periferias Urbanas, Favelas e Junto aos Grupos Vulneráveis.

²⁹ Mulheres em luta contra o desgoverno genocida!

³⁰ Fora Bolsonaro e Mourão! Queremos Nova Eleição! 1º de Maio de 2020 - Dia de Luta de toda a classe que vive do trabalho.

³¹ Por nuestras vidas, nuestros territorios, nuestros cuerpos, nuestros derechos frente al Covid 19.

³² Contra a pandemia, a opção solidária.

2. Segurança Alimentar e Nutricional e Agricultura Familiar

Os manifestos de diversos grupos e movimentos apontam saídas para enfrentar a dificuldade econômica vivida por agricultores familiares e o agravamento da insegurança alimentar e nutricional, gerados pela crise sanitária. A maioria dos documentos analisados vincula o direito à alimentação adequada ao direito à saúde e pontua que é preciso buscar formas mais sustentáveis de produzir alimentos, abrindo-se espaço para a agroecologia, a valorização de alimentos locais, o associativismo e o debate sobre redes locais e regionais de distribuição de alimentos.

Até o momento, as principais medidas emergenciais propostas por articulações e movimentos sociais são: reativação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa de Cisternas no Semiárido, adequação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para o contexto da pandemia, ampliação dos recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e criação de comitês emergenciais de políticas de segurança alimentar e nutricional com participação da sociedade civil, o reabastecimento dos estoques públicos, e a garantia de compra da produção.

Como veremos mais à frente, as propostas que têm a agricultura familiar e a segurança alimentar e nutricional como eixos centrais são as que fazem reivindicações mais específicas de reativação de programas e políticas públicas que foram sendo desmontadas desde 2016. Por exemplo, o documento da Plataforma Emergencial do Campo, das Florestas e das Águas³³ elenca uma série de propostas e medidas para manter a produção da agricultura alimentar e a oferta de alimentos à população. Além de reivindicar a retomada ou maior aporte de recursos para 18 políticas públicas, apresenta sugestões de modificações para tornar estas políticas mais eficientes durante o período de pandemia. Também cita 13 requerimentos e projetos de lei e de emenda constitucional que estão tramitando no Congresso.

Já o manifesto público³⁴ lançado pela Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável, em conjunto com mais 80 organizações da sociedade civil, articula um conjunto de políticas para além da segurança alimentar. Reivindicam desde a defesa

³³ Plataforma Emergencial do Campo, das Florestas e das Águas pela Vida e para o Enfrentamento da Fome diante da Pandemia do Coronavírus.

³⁴ ASA reforça apelo da sociedade civil pela garantia do direito à alimentação adequada durante pandemia.

de programas de agricultura alimentar (como PAA, PNAE e Programa de Cisternas), até o pedido de revogação da Emenda Constitucional 95³⁵ e da Medida Provisória Nº 927³⁶, passando pela manutenção e ampliação de programas redistributivos (como o Programa Bolsa Família, o Benefício de Prestação Continuada e a manutenção da Renda Básica Emergencial).

3. Saúde e saneamento

Dos 72 manifestos analisados, 30 fazem referência ao direito à Saúde, à defesa e ampliação do SUS ou recomendam ações estratégicas para combater a disseminação da pandemia. Alguns desses documentos solicitam que os governos federal, estaduais e municipais sigam as recomendações da Organização Mundial de Saúde para controlar a pandemia e garantir atendimento médico público tanto aos infectados com sintomas leves quanto aos que precisam de internação hospitalar. As iniciativas voltadas à saúde são geralmente mais propositivas, ainda que também tenham críticas à forma como os governos vêm conduzindo o enfrentamento à pandemia.

As principais medidas recomendadas por esses documentos são: proteção e ampliação do orçamento do Sistema Único de Saúde (SUS), estatização de leitos em hospitais privados, instituição da fila única, distribuição de *kits* de higiene para populações vulneráveis, destinação de hotéis e prédios públicos para acolher pessoas em situação de rua ou pessoas contaminadas que não tenham condições de se isolar, mais recursos e equipamentos para os hospitais e maior apoio aos agentes comunitários de saúde. Alguns manifestos também pedem maior valorização e proteção para os profissionais de saúde e maior circulação de informações acessíveis sobre prevenção e procedimentos ao perceber os primeiros sintomas.

O diagnóstico de que para conseguir enfrentar a crise sanitária é preciso revogar a Emenda Constitucional 95 é praticamente unânime entre os documentos coletados. Como veremos mais adiante, a rejeição à EC 95 é a medida mais mencionada e aparece em 15 dos 72 documentos analisados. Sua revogação é defendida como necessária para fortalecer o SUS e investir na ampliação do

³⁵ Essa EC estabelece o teto de gastos do governo federal.

³⁶ A MP Nº 927 autoriza a suspensão de contratos de trabalho e permite que empresas adiem o pagamento do FGTS.

atendimento aos infectados por covid-19. De acordo com uma petição enviada à ministra Rosa Weber pelas organizações representadas pelo Coletivo de Advocacia em Direitos Humanos (CADHu)³⁷, o SUS já “perdeu 30 bilhões [de reais] sob vigência da Emenda do Teto nos últimos 2 anos” (p.16).

Para a Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político³⁸ é preciso revogar essa medida para que o País tenha condições de elevar o gasto com Saúde, Seguridade e Assistência nos próximos meses.

O saneamento básico também aparece como uma medida importante para combater a pandemia. Ainda que se trate de ações executadas a longo prazo, o saneamento básico beneficia diretamente a saúde pública e o SUS. De acordo com o documento³⁹ elaborado por entidades que criticavam os infográficos divulgados pela Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto, a aprovação do PL 4.162 (2019) não resolve o problema e, por isso, pedem que esse serviço não seja privatizado. Elas reivindicam maior atenção para o setor e que as medidas de saneamento sejam integradas a outras “políticas públicas, como habitação, saúde, recursos hídricos, meio ambiente e planejamento territorial urbano” (p.3).

Em geral, as propostas de medidas sanitárias (como recomendações de higiene) e de enfrentamento da pandemia (maior investimento no SUS, em equipamentos e profissionais de saúde) têm grandes afinidades nos vários documentos. Parece haver um grande consenso sobre o que é preciso fazer no nível local e federal no que se refere à pandemia.

4. Meio Ambiente

Os documentos coletados apontam que o atual modelo de desenvolvimento levou à exploração dos bens naturais dos biomas, transformando tudo em lucro⁴⁰.

³⁷ Urgente apreciação de medida cautelar e da tutela de urgência incidental para suspensão dos efeitos dos artigos 107 e 110 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, na redação dada pela Emenda Constitucional 95, de 2016.

³⁸ Contra a pandemia, a opção solidária.

³⁹ Defender os serviços públicos pela garantia do acesso à água e ao esgotamento sanitário para toda a população.

⁴⁰ Carta Pública pela defesa dos direitos da Mãe Terra e pela vida da Amazônia com seus Povos.

Destacam ainda que é falso o dilema entre produção do que a humanidade precisa e equilíbrio ecológico⁴¹. Entre as atividades mais predatórias, os documentos alertam que as atividades transnacionais extrativistas (sobretudo a mineração) destroem o bem comum e aumentam o risco do vírus se alastrar pelas comunidades indígenas, ribeirinhas, quilombolas e de pequenos agricultores⁴².

Alguns manifestos apontam a correlação entre o surgimento do coronavírus no mundo e a forma predatória com que lidamos com o ambiente. Para a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA)⁴³, “a pandemia não é causada por um país ou um morcego, como querem nos fazer crer. Ela é fruto de um modelo de desenvolvimento predatório, fonte de processos de adoecimento e crises ambientais sistêmicas”. A Articulação do Semiárido Brasileiro complementa que a produção da “riqueza degrada, contamina, propicia a disseminação de doenças, desumaniza com a violação dos direitos à terra e ao território dos agricultores familiares, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais que respeitam a natureza e produzem nossos alimentos”⁴⁴.

Há um apelo para que haja a preservação do ambiente natural e dos bens comuns e dos recursos finitos nele disponíveis⁴⁵. Os documentos também lembram da necessidade de aprofundar as ações para o enfrentamento da mudança climática e da construção de relações econômicas e ambientais orientadas pela precaução e uso sustentável, superando o modelo consumista e predatório hoje hegemônico⁴⁶.

5. Economia, trabalho e renda

Desde os primeiros dias da pandemia, Bolsonaro busca contrapor a necessidade do isolamento social à necessidade de fazer funcionar a economia. É como se tivéssemos que escolher entre morrer de covid ou morrer de fome. Os manifestos se contrapõem a esta visão, e procuram trazer propostas alternativas que protejam o trabalho, a renda e a economia de outras maneiras.

⁴¹ Idem.

⁴² Por nuestras vidas, nuestros territorios, nuestros cuerpos, nuestros derechos frente al Covid 19.

⁴³ Carta Política Pandemia e Injustiça Ambiental.

⁴⁴ ASA reforça apelo da sociedade civil pela garantia do direito à alimentação adequada durante pandemia

⁴⁵ Todas as vidas valem.

⁴⁶ Idem.

Destaca-se em vários documentos⁴⁷ a necessidade de tributar os ricos e as grandes fortunas, e mais do que isso fazer uma reforma tributária realmente redistributiva. O manifesto “Tributar os ricos para enfrentar a crise” é o mais detalhado ao sugerir como isso poderia ser feito. Bem como é mencionada a necessidade de controle de fluxo de capitais⁴⁸. Nessa linha mais macro, também se sugere a suspensão de pagamento das dívidas internas e externa⁴⁹ (bem como as dos estados e municípios com a União), suspensão de todas as reformas que prejudicam a população brasileira, como as da previdência e do trabalho⁵⁰, e a execução das dívidas dos grandes sonegadores. Aponta-se ainda a necessidade de exercer maior controle sobre o lucro dos bancos. O manifesto “Plataforma Emergencial do Campo, das Florestas e das Águas pela Vida e para o Enfrentamento da Fome diante da Pandemia do Coronavírus” sugere aplicar compulsoriamente percentual sobre o “lucro líquido dos grandes bancos em linhas de crédito emergencial para o enfrentamento da pandemia do Coronavírus”.

Vários documentos também procuram garantir a proteção ao trabalho formal e informal. Seja proibindo demissões⁵¹, seja com linhas de crédito para micro e pequenas empresas, para agricultura familiar e pequenos comércios e empreendimentos. Para proteger o trabalho formal, os documentos apontam a necessidade de revogação imediata da MP 927 e a garantia da remuneração dos trabalhadores públicos e privados com proibição das demissões até dezembro/2020.

Há também propostas de medidas muito concretas e cotidianas, como as dos motoboys, que pedem o básico: álcool gel e comida⁵² ou o MNU (Movimento Negro Unificado) que fala sobre a necessidade de distribuição massiva de materiais de limpeza, sobretudo sabão, água e álcool gel⁵³. Nessa linha de medidas concretas e cotidianas, muitos documentos alertam para a importância de suspender a cobrança

⁴⁷ Contra a pandemia, a opção solidária; Tributar os ricos para enfrentar a crise; Plataforma Emergencial do Campo, das Florestas e das Águas pela Vida e para o Enfrentamento da Fome diante da Pandemia do Coronavírus.

⁴⁸ Contra a pandemia, a opção solidária; Plataforma Emergencial do Campo, das Florestas e das Águas pela Vida e para o Enfrentamento da Fome diante da Pandemia do Coronavírus.

⁴⁹ Diante das reuniões do Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial.

⁵⁰ O Combate à Pandemia Covid-19 nas Periferias Urbanas, Favelas e Junto aos Grupos Vulneráveis: Propostas imediatas e estratégias de ação na perspectiva do direito à Cidade e da justiça social.

⁵¹ Contra a pandemia, a opção solidária.

⁵² Aplicativos de entrega, distribuam alimentação e álcool em gel para os motoboys!

⁵³ Nota da Coalizão Negra por Direitos sobre o Covid 19.

de prestação de contas de água, luz, internete e telefone⁵⁴. Bem como são mencionados a suspensão dos despejos e remoções nas cidades e nos campos, e a retomada do programa Minha Casa Minha Vida Entidades, com produção massiva de unidades habitacionais para família com renda nas faixas de 0 a 3 salários mínimos⁵⁵.

O debate mais intenso é o da Renda Básica Emergencial, que mobiliza vários setores em diversos documentos. E abre um debate importante na sociedade retomando o projeto de Renda mínima ou Renda básica para além da pandemia. O documento “ASA reforça apelo da sociedade civil pela garantia do direito à alimentação adequada durante pandemia”, por exemplo, aborda a necessidade de expansão de programas de transferência de renda e seguridade social. O manifesto “O Combate à Pandemia Covid-19 nas Periferias Urbanas, Favelas e Junto aos Grupos Vulneráveis” aponta a necessidade de “aumento do bolsa família para 1 SM e a ampliação do programa, de forma a universalizar o acesso à renda básica Brasil, o que também implica em adotar medidas que desburocratizem e facilitem a inscrição no programa”.

Como medida essencial para o aumento de gastos sociais e cobertura, os documentos insistentemente apontam a necessidade do fim do Teto de Gastos (fim da Emenda Constitucional 95).

6. Crise do sistema político e da democracia

Junto com a crise sanitária e econômica, o Brasil tem vivido uma grave crise política. Ao longo dos últimos meses, as ameaças constantes à democracia fizeram com que aumentasse o número de vozes pedindo o *impeachment* de Bolsonaro ou que a chapa Bolsonaro Mourão fosse cassada pelo TSE e convocadas novas eleições⁵⁶. Como afirma o manifesto “Para salvar vidas e não os lucros: FORA BOLSONARO!”,

⁵⁴ Contra a pandemia, a opção solidária; Diante das reuniões do Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial; ASA reforça apelo da sociedade civil pela garantia do direito à alimentação adequada durante pandemia; É hora de lutar pelo SUS: a opção brasileira deve ser pelo sistema público, gratuito e universal.

⁵⁵ Propostas dos movimentos populares para enfrentar a crise do coronavírus; É hora de lutar pelo SUS: a opção brasileira deve ser pelo sistema público, gratuito e universal.

⁵⁶ Contra a pandemia, a opção solidária; FORA BOLSONARO E MOURÃO!!!!!!; Manifesto “O governante sem discernimento aumenta as opressões – Um clamor de fé pelo Brasil”.

derrotar Bolsonaro é fundamental para enfrentar o coronavírus, salvar a vida dos brasileiros e pavimentar o caminho para superar as crises econômica, política e social, que se aprofundam a cada dia com a insistência do governo de preservar o modelo ultra-neoliberal, mesmo com a necessidade da ampliação dos investimentos públicos.

A ameaça à democracia fez com que amplos setores se unissem para defendê-la. No documento “Carta aberta”, há um chamado para que “as lideranças empresariais deste país se ergam acima das divergências que nos separam e ajudem de forma integral e presente na construção de um projeto para um Brasil justo, sustentável, próspero, democrático, altivo e generoso”.

As ameaças à democracia foram concretas e não apenas bravatas. Três pontos nevrálgicos aparecem nos textos: a desinformação, a não separação entre os poderes e o controle necessário numa democracia de um poder sobre outro, e a falta de liberdade de expressão e de manifestação.

Sobre a necessidade de acesso à informação de qualidade, alguns documentos⁵⁷ mencionam a necessidade de combate às *fake news* produzidas por setores do próprio governo e oferecer medidas educativas à população em relação ao acesso à informação. O documento “Contra a pandemia, a opção solidária” diz:

Em meio a uma pandemia, a sociedade não pode ficar à mercê de grupos que divulgam falsas informações, que resultam em desproteção e mortes. É preciso identificar e punir as milícias digitais que produzem e difundem desinformação (*fake news*) e educar para o exame crítico da Comunicação.

Nessa mesma direção, o manifesto “Pandemia Covid-19 e Direitos Humanos no Brasil” sugere:

Que o Estado brasileiro, através de todos os seus poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, atue com transparência, fazendo a prestação de contas pública da situação, informando amplamente a população, de modo a viabilizar a adesão às medidas, inclusive mantendo e ampliando a qualidade da informação disponibilizada por meio da Lei de Acesso à Informação.

Para combater a desinformação, o documento “O Combate à Pandemia Covid-19 nas Periferias Urbanas, Favelas e Junto aos Grupos Vulneráveis” aponta a

⁵⁷ Contra a pandemia, a opção solidária; Carta Das Mulheres Negras Sobre O Covid-19 À Sociedade Brasileira; Basta!; FORA BOLSONARO E MOURÃO!!!!!!

necessidade de campanhas de informação. A prevenção ao Covid-19 exige uma ampla campanha de informação: com materiais didáticos de prevenção, em diversas linguagens (pequenos vídeos, panfletos, cartilhas, etc), dirigidos a grupos sociais específicos (moradores de favelas, população em situação de rua, camelôs e demais trabalhadores informais, etc.) e também que leve em conta as diferentes culturas regionais.

O segundo ponto de crise da democracia nos últimos meses refere-se às ameaças à autonomia e independência dos poderes. Supremo Tribunal Federal, Judiciário, Legislativo e a imprensa foram frequentemente intimidados por Bolsonaro e seus ministros. Em agosto de 2020, tomamos ciência que Bolsonaro teria decidido enviar tropas em maio de 2020 para destituir a Corte do STF, logo após uma consulta de um dos decanos à Procuradoria Geral da República se deveria ou não apreender o celular de Bolsonaro e de um dos seus filhos.⁵⁸ Bolsonaro teria sido dissuadido dessa ideia por militares no governo.

O “Manifesto Juntos pela democracia e pela vida” aponta que o governo incita abertamente movimentos golpistas na sociedade, enquanto alicia as Forças Armadas e atores políticos corruptos para o avanço de um horizonte autocrático; e busca sistematicamente capturar as instituições de aplicação da lei para seus fins particulares, fazendo da intimidação a vozes dissonantes um padrão de atuação.

O documento “Esporte pela Democracia” diz “testemunhamos diariamente desrespeito à constituição, autoritarismo, uso desvirtuado da política em benefício de poucos, ataque às instituições democráticas, ameaças ditatoriais, cerceamento da liberdade de imprensa”. O manifesto “As forças armadas e a Democracia” diz que “às Forças Armadas não se atribuem prerrogativas de poder constitucional, sendo instituições nacionais permanentes e regulares a serviço do Estado”. O manifesto público “#BrasilpelaDemocracia #BrasilpelaVida” afirma que sua ação é uma resposta à situação enfrentada pelo País, que exige a união de todos em defesa da democracia, ameaçada pelo ataque permanente e inconcebível às instituições, à imprensa, ao Estado Democrático de Direito e aos direitos dos cidadãos e cidadãs consagrados na Constituição Federal.

⁵⁸ <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/vou-intervir/>

O terceiro ponto de crise da democracia são as ameaças aos direitos de livre expressão e manifestação. Os policiais antifascistas⁵⁹ denunciam estar sendo investigados e explicam que não podemos voltar “à normalidade, porque a normalidade era o problema”. Essa frase mostra como o problema do autoritarismo não seria novo, apenas foi aprofundado. Os policiais antifascistas denunciam que:

As milícias e grupos paramilitares reais, que estão se organizando em todo o país, com a proteção e conivência de muitas autoridades, não são o único problema a ser enfrentado na luta antifascismo no Brasil. O projeto de neutralização dos movimentos populares de resistência passa por uma estrutura que conta com uma rede de operadores de poder, como parlamentares, promotores de justiça e magistrados. A estratégia de avanço do projeto fascista no país é ampla. Mobilizam a intolerância e o ódio aos movimentos de esquerda nas ruas e nas instituições da República. Os esforços visando o aparelhamento e o comando da polícia federal e da Procuradoria Geral da República confirmam isso.

O documento “Diplomacia e Democracia” segue na mesma direção, rejeitando qualquer restrição ao livre exercício do direito de manifestação pacífica e democrática. Afirmam que repudiam o uso da força para reprimir ou inibir manifestações. Cabe ao Estado garantir a segurança dos manifestantes, assim como a integridade do patrimônio público, levando em consideração a proporcionalidade no emprego de forças policiais e o respeito aos direitos e garantias constitucionais.

Como formas de se organizar e aglutinar forças, em meio à pandemia, vimos surgir ou se reorganizar as “Mulheres derrubam Bolsonaro”⁶⁰, frentes antifascistas⁶¹, e o fortalecimento e maior visibilidade para as coalizões de movimentos negros.

Por outro lado, há tentativas de convocar até a direita em defesa da democracia. No Manifesto Estamos Juntos aparece o chamamento:

Esquerda, centro e direita unidos para defender a lei, a ordem, a política, a ética, as famílias, o voto, a ciência, a verdade, o respeito e a valorização da diversidade, a liberdade de imprensa, a importância da arte, a preservação do meio ambiente e a responsabilidade na economia.

Como remédios para combater a escalada autoritária, faz-se referência à defesa da livre manifestação e atuação dos movimentos sociais e a proteção de defensoras e

⁵⁹ Policiais Antifascismo Em Defesa Da Democracia Popular.

⁶⁰ Manifesto Levante das Mulheres Brasileiras #MulheresDerrubamBolsonaro.

⁶¹ Manifesto pela unidade antifascista.

defensores de direitos humanos⁶², bem como a defesa dos espaços de participação social⁶³. O documento “Combate à Pandemia Covid-19 nas Periferias Urbanas, Favelas e Junto aos Grupos Vulneráveis” detalha a necessidade de: apoio público (financeiro e não-financeiro) à articulação em rede e ao fortalecimento do trabalho de grupos locais, movimentos sociais e associações comunitárias que estejam bem posicionados para adotar respostas locais à Covid-19; levantamento dos recursos (humanos e físicos) de cada comunidade; apoio e divulgação das campanhas de solidariedade e doações; fortalecimento dos espaços de participação existentes - Conselhos Municipais das Cidades, da Assistência Social, Saúde e outros - ou criação de Comitês formados por técnicos do governo e da sociedade. O manifesto “Enquanto houver RACISMO, não haverá DEMOCRACIA” menciona a garantia do direito de consulta prévia, livre e informada às comunidades quilombolas, dos rios, das florestas e de terreiro, de acordo com a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT); por fim, o manifesto “Democracia é atividade essencial”, aborda a necessidade de proteção para que as eleições de 2020 sejam seguras e democráticas.

III. Políticas públicas, medidas jurídicas e projetos de lei

Ao ler as iniciativas coletadas percebemos que metade delas mencionava uma ou mais políticas públicas, programas sociais, medidas jurídicas ou a necessidade de novos projetos de lei. Parte dos sujeitos envolvidos nessas iniciativas partilham da visão de que é preciso fortalecer o Estado democrático de direitos; a criação e a implementação de políticas públicas fez parte das suas trajetórias de atuação. Para outros, com uma linha de questionamento ou até de rejeição do Estado, numa perspectiva mais autonomista, voltar-se a ele em termos propositivos não parece ser a estratégia primordial.

Nesse item, focamos no primeiro grupo, daqueles que de alguma forma pensam em termos de proposição de políticas e programas. Isso ocorre porque as pessoas e instituições que elaboram esses documentos compreendem que somente

⁶² Enquanto houver RACISMO, não haverá DEMOCRACIA.

⁶³ O Combate à Pandemia Covid-19 nas Periferias Urbanas, Favelas e Junto aos Grupos Vulneráveis: Propostas imediatas e estratégias de ação na perspectiva do direito à Cidade e da justiça social.

ações de solidariedade não bastam para frear a disseminação da covid-19. É preciso que o Estado cumpra sua parte.⁶⁴ Pensando nisso, voltamos aos manifestos e destacamos todas as políticas, programas ou medidas jurídicas que foram citadas ou defendidas como estratégicas para enfrentar a pandemia e contamos em quantos documentos elas aparecem. Feito isso, organizamos as iniciativas em sete setores: desencarceramento, medidas tributárias, moradia, povos indígenas e comunidades tradicionais, saúde, políticas redistributivas, e agricultura familiar/ povos do campo, das florestas e das águas. Ao todo foram mencionadas 48 propostas em 35 documentos diferentes. Em alguns documentos, foram citadas várias medidas em outros, apenas uma. Na tabela a seguir indicamos quais são as políticas e medidas citadas, sua área e a quantidade de documentos nos quais foram estão presentes.

Tabela 1 – Políticas Públicas e medidas reivindicadas nos Manifestos

	Políticas Públicas e medidas reivindicadas	Total de citações
Saúde	Fortalecer o Sistema Único de Saúde e recompor/ampliar seus recursos	22
	Criação de comitês nacional e estaduais de gestão da crise com a participação da sociedade civil e de observatórios para acompanhar ações realizadas nos territórios	6
	Ampliar a checagem e divulgação de informações acessíveis (e em diferentes linguagens) sobre prevenção	5
	Suspensão da Porta Dupla nos hospitais públicos	4
	Instalação de hospitais eleitos provisórios	4
	Ampliação/fortalecimento de assistência hospitalar e remédios aos infectados por Covid-19	4
	Manter e fortalecer o trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Endemias nos territórios e nas ruas	4
	Ampliar compra/fabricação de ventiladores respiratórios	3
	Requerer judicialmente a regulação dos hospitais privados, laboratórios e/ou quebra das patentes	3
	Volta do Programa Mais Médicos	3
	Restauração do Programa Saúde da Família	2
	Ampliar o financiamento da produção pública de vacinas, testes e insumos hospitalares	2

⁶⁴ Essa não é uma novidade. Toda a literatura sobre os movimentos sociais brasileiros tem chamado a atenção para as formas de interação das organizações da sociedade civil com o Estado, no processo brasileiro de democratização. Ver, por exemplo, os textos de Adrian Lavallo e José Szwako “Sociedade civil, Estado e autonomia: argumentos, contra-argumentos e avanços no debate”, publicado na Revista Opinião Pública, v. 21, p 157-187, 2015; e de Luciana Tatagiba “Desafios da relação entre movimentos sociais e instituições políticas: o caso do movimento de moradia da cidade de São Paulo - primeiras reflexões”, publicado na Revista Colombia Internacional, nº 71, p. 63-83, 2010.

	Desbloqueio das ações de estados e municípios para possibilitar o investimento na saúde	1
	Garantia da realização de testes para todas as pessoas que apresentem os sintomas da covid-19	1
	Fortalecer a fiscalização da vigilância sanitária	1
	Garantir treinamento para trabalhadoras(es) de funerárias e condições adequadas de transporte de corpos de vítimas falecidas em decorrência da Covid-19	1
Agricultura Familiar/ Povos do campo, das florestas e das águas	Retomar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)	7
	Retomar o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	3
	Retomada do Programa de Cisternas no Semiárido	3
	Proteção e ampliação do PRONAF	3
	Retomar a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF)	1
	Retomar a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS (PNPIC)	1
	Retomar a construção do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA)	1
	Aprovação da Política Nacional de Redução de Agrotóxicos (PNARA)	1
	Programa Nacional da Reforma Agrária	1
	Retomar o PNATER, com Assistência Técnica e Extensão Rural pública	1
	Retomar a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO)	1
	Garantir pagamento do Garantia-Safra (2019/2020)	1
	Criar um Programa de Apoio ao Cooperativismo da Agricultura Familiar	1
	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN)	1
	Criação de um Ministério para condução de políticas para agricultura familiar, reforma agrária e segurança alimentar e nutricional	1
	Retomada das condições de financiamento do Plano Nacional de Educação (PNE), lei 13.005	1
Assistência social e Políticas redistributivas	Renda Básica Emergencial	10
	Ampliar o Programa Bolsa Família (PBF)	4
	Ampliação do Benefício de Prestação Continuada (BPC)	1
Moradia	Implantação da Assistência Técnica à Habitação de Interesse Social (Lei 11.888/08)	1
	Retomar o MCMVE	1
	Retomada do PNHR e Minha Casa Minha Vida Rural	1
	Aprovação e implementação do Serviço de Moradia Social e de Locação Social	1
	Criação do Programa Quarto de Quarentena	1
Medidas tributárias	Criação do Fundo Nacional de Emergência (FNE)	1
	Revogação Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF) sobre lucros e dividendos distribuídos, ou remetidos ao	1

	exterior, e modificação da Tabela Progressiva	
	Instituição do Imposto Sobre Grandes Fortunas (IGF)	1
	Criação da Contribuição Social sobre Altas Rendas das Pessoas Físicas (CSPF)	1
Povos indígenas e comunidades tradicionais	Aprovação do PL 1142/2020 (Plano Emergencial para Povos Indígenas, Quilombolas e comunidades tradicionais)	1
	Retomar a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, da Floresta e das Águas	1
Desencarceramento	Apoio à Recomendação 62 do CNJ	1
Mulheres	Apoio à discussão no Congresso de PLs nº 1267/2020, nº 1291/2020 e nº 1444/2020 – que discutem medidas emergenciais de proteção à mulher vítima de violência doméstica durante a pandemia	1

Muitas cartas, notas e planos emergenciais detalhavam como essas políticas poderiam auxiliar no enfrentamento da pandemia e sobre seus efeitos. Além de reivindicar a reativação desses programas e planos, detalhavam as modificações que deveriam ser feitas para que essas políticas pudessem ser implementadas de forma mais ágil e atender um público maior e mais diversificado.

Como mostra a tabela 1, na área da saúde são recomendadas 16 medidas que poderiam ajudar a controlar a pandemia e minimizar seus efeitos entre a população, principalmente no que se refere aos grupos mais vulneráveis. Todas as propostas dialogam com os princípios sanitaristas que inspiraram a construção do **Sistema Único de Saúde (SUS)**. Não à toa, a reivindicação mais citada nos manifestos públicos diz respeito à necessidade de recompor o orçamento do SUS e de seguir lutando pela ampliação do acesso público e universal aos serviços de saúde. A segunda demanda mais citada também chama a atenção. Vários manifestos recomendam a criação de **comitês nacional e estaduais de gestão da crise com a participação da sociedade civil** e de observatórios para acompanhar as ações realizadas nos territórios. São especialmente demandados Conselhos de políticas públicas nas áreas de saúde, segurança alimentar e direitos humanos. Isso diz muito sobre a postura ativa da sociedade civil organizada e sua reivindicação histórica de participar da tomada de decisão e do controle social de ações executadas nos territórios.

Depois da saúde, dentre as propostas de políticas públicas defendidas como possíveis saídas da crise, as mais consensuais são a **Renda Básica Emergencial** e a retomada do **Programa de Aquisição de Alimento (PAA)** – citadas em 10 e 7

documentos respectivamente. Ambas as propostas visam dar uma resposta emergencial para proteger as populações mais vulneráveis socioeconomicamente e são as que aglutinaram mais sujeitos em torno de sua defesa.

Além de apontarem projetos de lei e políticas públicas que consideram positivos para enfrentar a crise, os documentos também mencionam iniciativas que consideram prejudiciais ao enfrentamento da pandemia. Como mostra a tabela 2, 18 medidas foram criticadas e apontadas como formas de ampliar as crises sanitária, econômica e social decorrentes da pandemia.

Tabela 2 –Políticas públicas e medidas criticadas nos manifestos

	Medidas indesejadas	Total de citações
Medidas orçamentárias	Emenda Constitucional 95	15
	Veto presidencial ao Projeto de Lei de Conversão referente à MP nº 909, aprovada pelo Congresso (que limitou o repasse de recursos aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a compra de materiais de prevenção à propagação do coronavírus)	1
Trabalho e renda	MP 927/20	5
	MP nº 936, de 1º de abril de 2020 - institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda.	1
	Vetos a trechos da Lei nº 13.998, que ampliava o rol de pessoas elegíveis para o recebimento da renda básica transitória.	1
Saneamento	PL 4.162/2019 (altera o marco legal do saneamento básico)	3
Povos indígenas e comunidades tradicionais	Repúdio ao veto presidencial ao PL Nº 1142/2020 e, posteriormente, a inclusão do Artigo 13º no capítulo 4 do texto aprovado (que autoriza a entrada de terceiros e garante a permanência de missionários em territórios indígenas durante a pandemia)	3
	PL 2633/2020 (antiga MP 910 - que legaliza a grilagem de terras públicas)	2
	Critica o não cumprimento da Resolução 68/237-2013 (a Década Internacional de Afrodescendentes é uma resolução da ONU assinada pelo Brasil, cujo objetivo é promover a proteção e garantia de direitos humanos e liberdades fundamentais dos afrodescendentes)	2
	Resolução nº 11, de 26 de março de 2020 (que definiu a remoção de 800 famílias quilombolas de Alcântara (MA) para abrigar o Centro Espacial de Alcântara)	1
	Normativa nº 09/2020, da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) – que gerou mudanças administrativas e atingiu os direitos e interesses dos povos indígenas.	1

	Portaria FUNAI nº 419/PRES/2020 (possibilita contato com povos indígenas isolados)	1
	PL 1911/2020 (que propõe regulamentar o § 1º do art. 176 e o § 3º do art. 231 da Constituição para viabilizar a pesquisa e a extração de recursos minerais e hidrocarbonetos e o aproveitamento de recursos hídricos para gerar energia elétrica em terras indígenas)	1
Agricultura	Revogação das cláusulas 1ª e 3ª do Convênio nº 100/97 do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) e o Decreto nº 7.660/2011 (que concedem benefícios fiscais ao mercado de agrotóxicos)	1
Saúde	Vetos presidenciais a artigos da Lei 14.019/2020 que estipula o uso de máscara em espaços públicos.	1
	Portaria GM/MS nº 1325, de 18 de maio de 2020 (que extinguiu o Serviço de Avaliação e Acompanhamento de Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental)	1
	Negligenciamento do programa Brasil Conta Comigo (criado para contratar médicos para atuarem durante a pandemia). Denunciam o atraso de pagamento de profissionais e a falta de investimento de recursos no sistema público de saúde por parte do Governo Federal.	1
	Mudanças no Plano Nacional de Atenção Básica (PNAB) - que vem gerando problemas de assistência e atenção básicas à saúde dos municípios.	1

Outro ponto forte entre os proponentes dos manifestos públicos é a necessidade de **revogar a Emenda Constitucional 95**, que limita o teto de gastos sociais do governo federal. Essa recomendação foi citada em 15 dos 72 documentos coletados. Também as menções à Constituição de 1988 são recorrentes em vários textos. Diversas organizações e articulações querem ver os direitos garantidos e, de fato, efetivados. Para que essa possibilidade exista, é preciso revogar a Emenda Constitucional 95. De acordo com esses atores, sem o fim da chamada “PEC da morte” não é possível enfrentar a pandemia e garantir direitos.

A segunda que mais recebeu críticas nos documentos analisados, sendo citada por cinco deles, é a **Medida Provisória 927/20**, que altera as regras trabalhistas durante o período da pandemia e autoriza a suspensão de contratos de trabalho e permite às empresas adiar o pagamento do FGTS. De acordo com a Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável,⁶⁵ essa medida “fere a lei trabalhista e a

⁶⁵ ASA reforça apelo da sociedade civil pela garantia do direito à alimentação adequada durante pandemia

Constituição. Uma MP da Fome, que sobrepõe a lógica do capital sobre a lógica da vida!”

Diversos grupos pedem ao Congresso que, enquanto durar a pandemia, não sejam apreciadas e aprovadas medidas que prejudiquem os trabalhadores e os grupos mais vulneráveis e que os deixem ainda mais desprotegido. Por exemplo, o Jubileu Sul/Américas pede que os governos latino-americanos não se aproveitem do isolamento social “e das declarações de emergência nacionais para invadir e subjugar os povos que resistem às atividades petrolíferas, de mineração, agronegócio, barragens, tráfico ilegal de armas e drogas”⁶⁶. Tanto é que sete das 18 propostas ou medidas criticadas nos manifestos públicos se referem a investidas contra territórios e povos indígenas e quilombolas.

IV. Visões de mundo e mudança de paradigma

Durante a leitura dos documentos também vimos que alguns manifestos públicos fazem referência à necessidade de mudanças de paradigma e visões de mundo, ou denunciam os efeitos do neoliberalismo e reivindicam um novo modelo de desenvolvimento que se diferencie dos existentes e contemple os mais vulneráveis. O foco dos documentos não está em pensar no pós-pandemia, mas é possível fazer uma leitura das alternativas que estão presentes, de alguma forma, nos textos. Cinco tópicos chamam mais a atenção: a importância do papel do Estado e a crítica ao neoliberalismo; o questionamento do capitalismo e seu modelo predatório; a crise política e defesa da democracia; a desigualdade de raça, classe e gênero; e a centralidade da solidariedade para pensar o futuro.

Quanto ao primeiro, alguns manifestos reivindicam *um Estado mais presente e atuante na garantia e promoção de direitos básicos*, principalmente o direito à saúde. Por exemplo, um deles⁶⁷ exige que o Estado regule o setor privado e sua relação com o setor público e pede à sociedade que não deixe de lutar pela construção um sistema de saúde público, gratuito e universal, com controle social e financiamento autônomo. Outra iniciativa⁶⁸ argumenta que a pandemia mostrou que o Estado precisa ser mais

⁶⁶ Diante das decisões do Fundo Monetário Internacional do Banco Mundial e do G20

⁶⁷ É hora de lutar pelo SUS: a opção brasileira deve ser pelo sistema público, gratuito e universal.

⁶⁸ Tributar os ricos para enfrentar a crise.

presente e que investir em saúde e políticas de bem-estar não é encargo, mas investimento. Assim sendo, “o Estado deve exercer papel fundamental na garantia de direitos sociais e individuais e na promoção do crescimento e do desenvolvimento nacional inclusivo”.

Para os proponentes desses manifestos, a pandemia “revelou o fracasso da política neoliberal da América Latina e do Caribe”⁶⁹ e mostrou que são insustentáveis as economias que insistem nesse sistema “que privilegia o monopólio de pequenos grupos poderosos em detrimento da grande maioria da população”⁷⁰. O diagnóstico de que o neoliberalismo é insustentável a longo prazo e que é incapaz de reduzir as desigualdades socioeconômicas perpassa a maioria dos documentos coletados. Por entenderem que nenhum dos modelos de desenvolvimento que estão na mesa são bons para os mais pobres e vulneráveis, defendem que é preciso construir um novo modelo de desenvolvimento que seja justo, inclusivo, solidário, igualitário e que coloque a vida acima do lucro⁷¹. Neste sentido, podemos dizer que essas iniciativas apontam para uma mudança de paradigma⁷² ao defenderem que no centro desse novo modelo estejam a vida e o bem-estar coletivo e não o lucro ou a mercadoria.

De forma geral, esses manifestos não buscam desresponsabilizar o Estado de sua função de construir políticas públicas que equilibrem o “desigual pêndulo da injustiça”⁷³, mas entendem que é preciso tirar dele esse protagonismo. O Estado seguirá sendo um espaço de disputa e agente transformador importante, porém, ao deslocar o protagonismo para a sociedade civil, esta poderá ser menos impactada pelas mudanças abruptas realizadas pelos governos.

Quanto ao segundo tópico, os documentos *questionam o capitalismo e seu modelo predatório*. Os manifestos públicos entendem que as práticas exaustivas de exploração da natureza colaboraram para o agravamento das mudanças climáticas. A consequência disso é o aumento de desastres naturais e eventos extremos, como secas, enchentes, elevação do nível do mar, escassez de alimentos, etc⁷⁴.

⁶⁹ Em defesa da vida. Solidariedade, democracia e paz para enfrentar a pandemia do COVID-19.

⁷⁰ Carta ao Povo de Deus.

⁷¹ O Combate à Pandemia Covid-19 nas Periferias Urbanas, Favelas e Junto aos Grupos Vulneráveis: Propostas imediatas e estratégias de ação na perspectiva do direito à Cidade e da justiça social.

⁷² Covid19, Urbanismo e Vulnerabilidade; Carta aberta.

⁷³ Carta Política Pandemia e Injustiça Social.

⁷⁴ Carta Pública pela defesa dos direitos da Mãe Terra e pela vida da Amazônia com seus Povos.

Os documentos não apresentam uma proposta definida de modelo de desenvolvimento econômico alternativo ao neoliberalismo ou ao desenvolvimentismo, mas entendem que deve ter por base uma relação de harmonia e complementariedade com a natureza. Dessa forma, é preciso estabelecer novas relações com a “mãe terra” e desenvolver políticas orientadas pelo uso consciente e sustentável dos recursos naturais e para a preservação do meio ambiente⁷⁵. Alguns manifestos oferecem propostas que podem auxiliar nesse sentido.

Para a Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável⁷⁶, a pandemia mostrou que é preciso olhar com mais atenção para os vínculos entre saúde humana e natureza, o que conseqüentemente exige que a sociedade repense as bases de seu sistema alimentar. Para os grupos que assinam essa iniciativa, o atual sistema de produção de alimentos “concentra a riqueza, degrada, contamina, propicia a disseminação de doenças, desumaniza com a violação dos direitos à terra e ao território dos agricultores familiares, povos indígenas e comunidades tradicionais”. Além disso, privilegia a produção de alimentos processados e artificiais, que são pobres em nutrientes e colaboram para o adoecimento da população. Nesse sentido, a adoção da **agroecologia** significa uma mudança de paradigma ao propor a valorização dos saberes tradicionais e dos trabalhadores rurais e uma produção alimentar mais sustentável e biodiversa e que coloca a nutrição e saúde das pessoas como objetivo principal.

Outros manifestos mencionam o “**bem viver**” como modelo alternativo, e assumem que é preciso romper com a dicotomia entre civilização e natureza e buscar a convivência harmônica e colaborativa entre todos os seres que habitam a terra em todas as esferas da vida. Segundo Ivo Lesbaupin⁷⁷, essa cosmovisão nos permite superar “a concepção produtivista-consumista, depredadora da natureza” e elaborar novas formas de produção e organização da vida social em “convivência com a natureza e não em confronto com ela.”

⁷⁵ Todas as vidas valem.

⁷⁶ ASA reforça apelo da sociedade civil pela garantia do direito à alimentação adequada durante pandemia.

⁷⁷ Disponível em: <http://fepolitica.org.br/artigos/para-salvar-a-humanidade-do-desastre-o-bem-viver/>

A ideia de bem viver aparece nos manifestos geralmente associada à luta das mulheres por igualdade e ao combate do racismo estrutural⁷⁸. Por exemplo, para as organizadoras da 8ª Edição do Julho das Pretas⁷⁹:

O Bem Viver é [sua] utopia de desmonte desta sociedade para a construção de uma nova em que os seres humanos vivam em igualdade, e que se acabem as violências estruturais decorrentes dos processos de colonização. E isso, em um momento de crise, ou melhor, de reorganização do capitalismo global, em que povos oprimidos do mundo inteiro se levantam para dizer que precisamos construir outro modelo civilizatório que quebre com os parâmetros eurocêntricos de monetização e banalização da vida.

É por meio da concepção de bem viver que as mulheres negras encontram formas de fazer avançar sua luta.

Um terceiro tópico que atravessou os manifestos diz respeito à *crise política e defesa da democracia*. Diversos documentos manifestam a preocupação com o atual contexto de crise política e expressam firmemente seu compromisso com a defesa dos princípios democráticos. Para os Padres da Caminhada e os Padres contra o Fascismo⁸⁰, o projeto do atual Governo não tem como objetivo zelar pelo bem da pessoa humana e da mãe Terra, mas agir em função dos interesses de uma economia predatória e centrada no lucro. O atual cenário de crise sanitária, política e econômica coloca “nosso País à prova, [e] exige de suas instituições, líderes e organizações civis muito mais diálogo do que discursos ideológicos fechados. [...]. Essa realidade não comporta indiferença.”

Seguindo essa linha, os bispos e arcebispos católicos reforçam que é preciso ampliar o diálogo nacional entre diferentes setores e grupos comprometidos com a democracia para que seja possível reestabelecer “o respeito à Constituição Federal e ao Estado Democrático de Direito, com ética na política, com transparência das informações e dos gastos públicos”⁸¹. Esse entendimento de que é preciso reafirmar o compromisso com a democracia e ampliar o diálogo e unir esforços para sairmos das

⁷⁸ Coronavírus no Brasil: reflexões de negras jovens.

⁷⁹ 8ª Edição do Julho das Pretas – Em Defesa das Vidas Negras, pelo Bem Viver.

⁸⁰ Caminhamos na estrada de Jesus.

⁸¹ Carta ao Povo de Deus.

crises sanitária, econômica e política também está presente em um manifesto⁸² lançado por empresárias(os) e executivas(os) do mundo cooperativo.

Além de se articularem para frear os avanços autoritários do governo, movimentos sociais e organizações da sociedade civil reivindicam que as soluções da crise sejam discutidas e elaboradas com a participação da população. Pois, de acordo com o manifesto da Articulação das Mulheres Brasileiras, é a partir das redes de solidariedade e das buscas coletivas para soluções locais que podemos construir propostas mais efetivas de enfrentamento da crise.

O quarto tópico que aparece nesses manifestos é o tema da *desigualdade*, principalmente, *de raça, classe e gênero*. No sentido positivo, a luta é por igualdade, palavra mencionada diversas vezes nos manifestos. Por exemplo, a Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político em seu manifesto⁸³ reivindica um mundo “mais fraterno e colaborativo, menos contaminado pela competição e desigualdade”.

Para diversos proponentes não basta não ser racista, é preciso ser antirracista. A luta pela democracia não pode ser dissociada da luta antirracista⁸⁴, pois “enquanto houver racismo não haverá democracia”⁸⁵. A luta antirracista não se restringe apenas à população negra, mas também aos povos indígenas e comunidades tradicionais que têm sofrido ataques sistemáticos, que já vinham ocorrendo, mas que se intensificaram durante o período de pandemia.

A luta por igualdade também está presente no manifesto⁸⁶ elaborado pelas organizações das mulheres indígenas, organizações feministas e ecofeministas. Devido ao atual contexto de perda de direitos e risco à vida das mulheres, elas demandam que os Estados latino-americanos coloquem a agenda das mulheres como prioritária na hora de pensar soluções para a pandemia e que busquem “*la construcción de una nueva forma de organización social y productiva basada en la justicia, la igualdad y la sostenibilidad, donde se garanticen la soberanía de nuestros territorios y de nuestros cuerpos*”.

⁸² Carta Aberta.

⁸³ Contra a pandemia, a opção solidária.

⁸⁴ Esporte pela democracia.

⁸⁵ Movimento Negro pelo Impeachment.

⁸⁶ Por nuestras vidas, nuestros territorios, nuestros cuerpos, nuestros derechos frente al Covid-19.

Por fim, um último tema chamou nossa atenção: a *centralidade da solidariedade para pensar o futuro*. Encontramos três sentidos de solidariedade evocados pelos manifestos. Um primeiro busca sensibilizar e estimular a sociedade a apoiar ações emergenciais, como distribuição de alimentos e kits de higiene. Um segundo sentido remete à ideia de acolher e “honrar o luto e a memória das famílias que vivem a perda de entes queridos”⁸⁷. Por exemplo, os espíritas progressistas⁸⁸, os evangélicos progressistas⁸⁹ e os grupos Padres da Caminhada e Padres contra o Fascismo e os bispos e arcebispos da igreja católica⁹⁰ expressaram sua solidariedade às famílias dos mortos por covid-19 e sua gratidão aos profissionais de saúde e demais trabalhadores de serviços essenciais que estão na linha de frente. Esses documentos se dirigem majoritariamente à sociedade e convidam todas e todos a se engajarem de forma solidária para enfrentar a pandemia e se opor às tentativas de avanço do autoritarismo.

Por fim, o que destacamos aqui, é que alguns manifestos mobilizam um terceiro sentido de solidariedade ao reivindicá-la como uma forma de se contrapor ao individualismo propagado pelo neoliberalismo. Há um componente emocional da ação coletiva sendo convocado. É como se reivindicassem a união, o fortalecimento da coletividade como base para a construção de um projeto de futuro alternativo, no qual o bem-estar coletivo, e não o individual, deve ser o centro. Essa concepção pode ser encontrada no seguinte trecho do manifesto da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA)⁹¹:

Não podemos idealizar o futuro sem debater os esforços necessários para sustentar a vida e reduzir os danos no agora. No entanto, tampouco podemos sucumbir ao imediatismo de não nos desafiar a imaginar teias da vida mais sustentáveis e solidárias nos tempos que virão. A solidariedade é condição e resultado de seu próprio exercício cotidiano. Enxergamos potência nas redes emergentes de afeto, de cuidado entre vizinhas, vizinhos e comunidades, na doação de tempo e recursos, nas pias comunitárias, nos projetos de apoio social, na confecção local de insumos de higiene e, sobretudo, na continuação de processos políticos e sociais que seguem tecendo horizontes futuros.

⁸⁷ Carta Política Pandemia e Injustiça Ambiental.

⁸⁸ Manifesto dos espíritas progressistas pela abertura do processo de cassação da chapa Bolsonaro-Mourão.

⁸⁹ O governante sem discernimento aumenta as opressões – Um clamor de fé pelo Brasil.

⁹⁰ Caminhamos na estrada de Jesus; Carta ao Povo de Deus.

⁹¹ Carta Política Pandemia e Injustiça Social.

É a solidariedade com os mais vulneráveis, com as famílias que perderam entes queridos para a covid-19, com a terra, o meio ambiente, os moradores do bairro e com os que vivem no país vizinho que parece inspirar a construção e a resiliência de algumas articulações.

V. Conclusão

Nosso objetivo aqui foi explorar a diversidade de pautas e proposições presentes nos manifestos públicos elaborados majoritariamente por organizações da sociedade civil no contexto da pandemia. Hoje, passados 50 dias da última coleta de dados feita por nós, o País registra mais de cento e trinta e seis mil mortes por Covid-19, e além de responder nosso objetivo, esse mapeamento também revelou que a sociedade civil organizada buscou se articular em defesa da vida, contra a inércia do Estado e de suas políticas.

Encontramos uma sociedade civil se posicionando fortemente na conjuntura, com um amplo leque de pautas e de sujeitos. Destaca-se ainda o intenso diálogo, presente nos manifestos públicos, com o Estado, expresso principalmente na proposição (ou crítica) de políticas públicas. Mesmo não sendo o foco central dos manifestos, encontramos neles também elementos que nos permitem pensar em alternativas ou “novos paradigmas” de sociedade.

Em relação à análise das políticas públicas e medidas citadas pelos manifestos, podemos entender a primeira tabela como uma representação da insatisfação coletiva de diversas vozes da sociedade civil organizada com o desmonte do Estado, a fragilização de direitos e a destruição de políticas que resistem desde a Constituição de 1988. Os manifestos expressam esse sentimento de perda ao usarem verbos como “retomar”, “restaurar”, “reativar”. Já a segunda tabela reúne denúncias e críticas feitas por esses atores às ações adotadas pelo atual governo dentro e fora do contexto da pandemia. A sistematização apresentada aqui ajuda a explicitar como esses atores sociais – indivíduos ou coletivos organizados das mais diversas formas – falam por meio de seus manifestos públicos.

Sobre as organizações que lançaram os manifestos, nosso mapeamento aponta uma composição bem variada. Além de manifestos lançados por movimentos sociais e articulações históricas e atuantes – como MST, ASA, MNU, CMP, ABONG, FASE, para citar alguns –, também encontramos documentos que indicam novas articulações, como o manifesto assinado da união entre as Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo. Algumas iniciativas são campanhas que mesclam o apoio de indivíduos e organizações, e outras reúnem setores específicos, como atletas, juristas, auditores fiscais e funcionários do Itamaraty. Como etapa posterior de pesquisa, seria instigante fazer uma “análise de redes” que apontasse para as interações tanto entre sujeitos quanto entre as pautas. Esse exercício nos ajudaria a compreender melhor a diversidade e as convergências entre eles. Neste texto exploramos mais a diversidade de pautas e agendas presentes nos manifestos publicizados no contexto de pandemia, mas ainda falta entender melhor com quem e como se dão as articulações entre distintos sujeitos.

Finalizamos este texto com o seguinte trecho do manifesto da Rede Brasileira de Justiça Ambiental⁹² para incentivar a todas as pessoas que o leram a seguir esperando um novo amanhã:

As incertezas que paralisam também nos convocam a construir a partir do hoje, em abertura e diálogo, os direitos inapropriáveis, aquilo que não se submete à forma de mercadoria: a superação das opressões. Situar, construir e reconhecer o que nos é comum: a saúde, a natureza e a vida, as relações de reciprocidade, solidariedade, cooperação e convivencialidade em tempos de crise e tragédia.

⁹² Carta Política Pandemia e Injustiça Social.

Anexo 1 – Manifestos públicos

	Título	Proponentes	Data (se houver)	Link
1.	#BrasilpelaDemocracia #BrasilpelaVida	OAB, ABI, SBPC, Centrais Sindicais e Comissão Arns estão entre as organizações à frente da campanha	29/06/2020	https://www.sinprodf.org.br/entidades-e-movimentos-sociais-lancam-campanha-em-defesa-da-democracia-e-da-vida/
2.	8ª Edição do Julho das Pretas – Em Defesa das Vidas Negras, pelo Bem Viver	8ª Edição do Julho das Pretas – Em Defesa das Vidas Negras, pelo Bem Viver; Movimentos de Mulheres Negras da Bahia; Odara – Instituto da Mulher Negra	07/07/2020	https://www.cese.org.br/agenda-8a-edicao-do-julho-das-pretas/
3.	A independência do MPF na Constituição (4ª parcial de assinaturas, colhida até 28/05, às 21:36)	Procuradores da República	28/05/2020	https://resocie.org/wp-content/uploads/2020/07/manifesto-assinado-por-535-integrantes-do-mpf_290520205045.pdf
4.	Aplicativos de entrega, distribuam alimentação e álcool em gel para os motoboys!	Paulo Lima (entregador e liderança do movimento dos entregadores de aplicativos)		https://www.change.org/p/ifood-aplicativos-de-entrega-distribuam-alimenta%C3%A7%C3%A3o-e-%C3%A1lcool-em-gel-para-os-motoboys
5.	As Forças Armadas e a Democracia	Profissionais do Direito	30/05/2020	https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/manifesto-juridico-rejeita-intervencao-das-forcas-armadas-e-pede-respeito-a-democracia.shtml?aff_source=56d95533a8284936a374e3a6da3d7996
6.	ASA reforça apelo da sociedade civil pela garantia do direito à alimentação adequada durante pandemia	Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável	03/04/2020	https://www.asabrasil.org.br/noticias?artigo_id=11041#topofthepage
7.	Basta!	Juristas		https://www.change.org/p/institui%C3%A7%C3%B5es-democr%C3%A1ticas-basta
8.	Caminhamos na estrada de Jesus	Padres da Caminhada e Padres contra o Fascismo	29/07/2020	https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53589590

9.	Campanha Despejo Zero – Em defesa da vida, no campo e na cidade	Organizações sociais e movimentos populares	22/07/2020	https://forumreformaurbana.org.br/2020/07/22/
10.	Campanha Nacional Fora Bolsonaro	Não especificado	10 e 11/07/2020	https://www.campanhaforabolsonaro.com.br/
11.	Carta aberta	Instituto Ethos, Instituto Capitalismo Consciente Brasil, Plataforma Liderança com Valores, Sistema B, GIFE e Instituto Akatu		https://www.ethos.org.br/cedoc/carta-aberta/
12.	Carta ao Povo de Deus	Arcebispos e bispos da Igreja Católica	27/07/2020	https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/07/27/bispos-da-cnbb-assinam-carta-contr-governo-bolsonaro-desprezo-pela-educacao-cultura-e-saude-nos-estarece.ghtml
13.	Carta das Mulheres Negras sobre o COVID-19 à sociedade brasileira	Articulação de Organizações de Mulheres Negras (AMNB)	25/03/2020	http://amnb.org.br/noticias.asp?id=157#ancora
14.	Carta Política Pandemia e Injustiça Ambiental	Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA)	08/2020	https://fase.org.br/wp-content/uploads/2020/08/carta-Pandemia-e-Injusti%C3%A7a-Ambiental-%E2%80%93-RBJA.pdf
15.	Carta Pública pela defesa dos direitos da Mãe Terra e pela vida da Amazônia com seus Povos	Diversos proponentes	22/04/2020	https://fmclimaticas.org.br/carta-publica-pela-defesa-dos-direitos-da-mae-terra-e-pela-vida-da-amazonia-com-seus-povos/
16.	Contra a pandemia, a opção solidária	Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político	02/04/2020	https://fase.org.br/wp-content/uploads/2020/03/Contra-a-pandemia-1.pdf
17.	Coronavirus no Brasil: reflexões de negras jovens	ANJF Articulação Nacional de Negras Jovens Feministas	26/03/2020	https://institutoodara.org.br/coronavirus-no-brasil-reflexoes-de-negras-jovens/
18.	Covid-19: Defensorias e MPT recomendam proteção a catadoras e catadores	MNCR	27/03/2020	http://www.mnrc.org.br/noticias/noticias-regionais/covid-19-defensorias-e-mpt-recomendam-protecao-a-catadoras-e-catadores
19.	Covid19, Urbanismo e Vulnerabilidade	Urbanistas	18/03/2020	https://urbanismocontraocorona.blogspot.com/2020/03/urbanistas-contr-o-covid-19-carta.html
20.	Defender os serviços	Diversos proponentes	02/06/2020	https://www.apu.com.br/manifesto-defender-os-

	públicos pela garantia do acesso à água e ao esgotamento sanitário para toda a população			servicos-publicos/
21.	Democracia é atividade essencial	Pacto pela democracia, Rede Nossa São Paulo, Transparência Eleitoral Brasil, Instituto Alziras, Programa Cidades Saudáveis, Fundação Tide Setubal, Pulso Público Consultoria Política, Movimento Transparência Partidária	15/06/2020	http://www.abi.org.br/eleicoes-seguras-2020-democracia-e-atividade-essencial/
22.	Democracia Sim - Manifesto pela Democracia, pelo Brasil	Não especificado	23/06/2020	https://democraciasim.com.br/
23.	Diante das decisões do Fundo Monetário Internacional do Banco Mundial e do G20	Jubileu Sul	24/04/2020	http://jubileusul.org.br/noticias/diante-das-decisoes-do-fundo-monetario-internacional-do-banco-mundial-e-do-g20/
24.	Diante das reuniões do Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial	Jubileu Sul	17/04/2020	http://jubileusul.org.br/noticias/diante-das-reunioes-do-fundo-monetario-internacional-e-banco-mundial/
25.	Diplomacia e Democracia	Funcionários do Itamaraty	02/06/2020	https://www.brasildefato.com.br/2017/06/01/em-cartainedita-diplomatas-brasileiros-defendem-eleicoes-diretas
26.	É hora de lutar pelo SUS: a opção brasileira deve ser pelo sistema público, gratuito e universal	Central de Movimentos Populares	04/2020	https://revistaforum.com.br/colunistas/raimundobonfim/propostas-dos-movimentos-populares-para-enfrentar-a-cri-se-do-coronavirus/
27.	Em defesa da vida, do emprego e da democracia: IMPEACHMENT JÁ!	Frente Impeachment Já	19/06	https://pt.org.br/manifesto-pelo-impeachment-de-bolsonaro-ganha-a-internet/
28.	Em defesa da vida. Solidariedade, democracia e paz para enfrentar a pandemia do COVID-19	MESA de Articulação de Associações Nacionais e Redes de ONGs da América Latina e do Caribe	08/04/2020	https://abong.org.br/2020/04/08/solidariedade-democracia-e-paz-para-enfrentar-a-pandemia-do-covid-19/
29.	Enquanto houver RACISMO, não haverá	Coalizão Negra por Direitos (e Legítima Defesa e Frente 3 de Fevereiro)		https://comracismonaohademocracia.org.br/

	DEMOCRACIA			
30.	Esporte pela democracia	Diversos(as) atletas e ex-atletas	05/06/2020	https://globoesporte.globo.com/rj/futebol/noticia/esport-e-pela-democracia-atletas-e-ex-atletas-criam-grupo-que-propoe-lutar-por-uma-sociedade-mais-justa-e-igualitaria.ghtml
31.	Fora Bolsonaro e Mourão! Queremos Nova Eleição! 1º de Maio de 2020 - Dia de Luta de toda a classe que vive do trabalho	Articulação das Mulheres Brasileiras	01/05/2020	https://www.cidadelivre.org.br/index.php/todas-as-noticias-publicadas/15-feminismo/5123-queremos-nova-eleicao-1-de-maio-de-2020-dia-de-luta-de-toda-a-classe-que-vive-do-trabalho-articulacao-de-mulheres-brasileiras
32.	FORA BOLSONARO E MOURÃO!!!!!!	EGBE 1º Encontro Nacional de Povos de Terreiro	17/06/2020	https://racismoambiental.net.br/2020/06/17/carta-aberta-do-povo-de-terreiro/
33.	Fora garimpo, fora Covid. Praharayu warë wamaki! Yanomae Urihiha Xawara wa praharayu!	Fórum de Lideranças Yanomami e Ye'kwana e da Hutukara Associação Yanomami, Associação Wanasseduume Ye'kwana, Associação das Mulheres Yanomami Kumirayoma, Texoli Associação Ninam do Estado de Roraima, Associação Yanomami do Rio Cauaburis e Afluentes		https://www.foragarimpoforacovid.org/
34.	Frente Unificada por políticas públicas solidárias que garantam, durante a pandemia, o acesso universal e igualitário aos serviços hospitalares através do SUS	A campanha Vidas Iguais foi lançada por juristas da USP e PUC-SP - Pedro Serrano, Walfrido Warde, Gilberto Bercovici, Rafael Valim, Thayná Yaredy e Juliana Serrano. Assumiram também, a Mandata da deputada Estadual Isa Penna e Guilherme Boulos (MTST).	08/05/2020	https://www.cendhec.org.br/single-post/2020/05/08/Manifesto-Leito-Para-Todos-Vidas-Iguais
35.	Impeachment já!	Janelas pela democracia		https://www.janelaspelademocracia.com.br/apresentacao-do-ato/
36.	Manifesto dos espíritas progressistas pela abertura do processo de cassação da chapa Bolsonaro-Mourão	Espíritas progressistas	25/05/2020	https://www.cartacapital.com.br/blogs/dialogos-da-fe/manifesto-de-espíritas-progressistas-pela-cassacao-da-chapa-bolsonaro-mourao/
37.	Manifesto em Apoio à Recomendação 62 do CNJ e ao	Conselho Federal OAB	11/04/2020	https://iddd.org.br/manifesto-em-apoio-a-recomendacao-62-do-cnj-e-ao-desencarceramento/

	desencarceramento			
38.	Manifesto Estamos Juntos	Estamos juntos	30/05/2020	https://movimentoestamosjuntos.org/#MANIFESTO
39.	Manifesto Juntos pela democracia e pela vida	Pacto pela democracia	02/06/2020	https://www.pactopelademocracia.org.br/
40.	Manifesto Levante das Mulheres Brasileiras #MulheresDerrubamBolsonaro	Levante das Mulheres Brasileiras	14/06/2020	https://blogs.correiobraziliense.com.br/servidor/manifesto-do-levante-das-mulheres-brasileiras/
41.	Manifesto pela unidade antifascista	Não especificado	28/05/20	https://www.prerro.com.br/manifesto-pela-unidade-antifascista/
42.	Marcha Virtual pela Ciência	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)	07/05/2020	http://portal.sbpcnet.org.br/marcha-virtual-pela-ciencia/
43.	Moção pelo fortalecimento da coleta seletiva com integração dos catadores contra a incineração de resíduos sólidos domiciliares	Não especificado	16/06/2020	http://www.mncr.org.br/sobre-o-mncr/notas-e-declaracoes/mocao-pelo-fortalecimento-da-coleta-seletiva-com-integracao-dos-catadores-contra-a-incineracao-de-residuos-solidos-domiciliares
44.	Movimento Negro pelo Impeachment	Coalizão Negra por Direitos	30/07/2020	https://coalizaonegrapordireitos.org.br/impeachmentbolsonaro/
45.	Mulheres em luta contra o desgoverno genocida!	Articulação das Mulheres Brasileiras	04/06/2020	https://resocie.org/wp-content/uploads/2020/07/Mulheres-em-luta-contra-o-desgoverno-genocida.pdf
46.	Nota da ABONG - Só a vida interessa. Mais Sociedade Civil. Mais Estado. Menos Mercado!	Diretoria executiva da ABONG	26/03/2020	https://abong.org.br/2020/03/26/so-a-vida-interessa-mais-sociedade-civil-mais-estado-menos-mercado/
47.	Nota da Coalizão Negra por Direitos sobre o Covid 19	Coalização Negra por Direitos	22/03/2020	https://www.geledes.org.br/nota-da-coalizacao-negra-por-direitos-sobre-o-covid-19/
48.	Nota de repúdio ao pronunciamento do Presidente	Coalização Negra por Direitos	26/03/2020	https://www.almapreta.com/editorias/realidade/coalizacao-negra-e-advogados-denunciam-bolsonaro-apos-pronunciamento-em-rede-nacional

49.	Nota de repúdio contra a tentativa de legalização das missões religiosas em territórios ocupados por indígenas em isolamento voluntário	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB	22/05/2020	https://cebi.org.br/noticias/nota-de-repudio-contra-a-tentativa-de-legalizacao-de-missoes-religiosas-em-territorios-indigenas-em-isolamento-voluntario/
50.	Nota do MNU - O presidente Bolsonaro pode nos matar	Movimento Negro Unificado	25/03/2020	<i>não encontrado online</i>
51.	Nota pública - Por um Brasil solidário #FORABOLSONARO	Diretoria executiva da ABONG	10/07/2020	https://abong.org.br/2020/07/10/por-um-brasil-solidario-fora-bolsonaro/#:~:text=Fora%20Bolsonaro%20%C3%A9%20a%20%C3%BAnica,dias%20o%20cargo%20que%20ocupa.
52.	Nota Pública #19 - Em apoio ao STF e ao Poder Judiciário pela aplicação da lei e a garantia da paz social	Comissão de Defesa dos Direitos Humanos D. Paulo Evaristo Arns	28/05/2020	https://comissaoarns.org/notas/2020-05-28-nota-p%C3%BAblica-19-em-apoio-ao-stf-e-ao-poder-judici%C3%A1rio/
53.	Nota pública: Apoio a população quilombola frente a COVID-19	Rede de Promoção da Justiça Socioambiental (RPJSA)	27/05/2020	https://olma.org.br/2020/05/27/nota-publica-apoio-a-populacao-quilombola-frente-a-covid-19/
54.	Nota técnica da campanha Renda Básica que Queremos: Proposta de Renda Básica Emergencial voltada aos mais desprotegidos durante a pandemia do Coronavírus	A Rede Brasileira de Renda Básica, o Nossas, a Coalizão Negra por Direitos, o Instituto Ethos, o INESC e um grupo de mais de 120 organizações da sociedade civil	23/03/2020	https://resocie.org/wp-content/uploads/2020/07/Nota-T%C3%A9cnica-Renda-B%C3%A1sica-Emergencial-contras-impactos-do-Coronav%C3%ADrus.pdf
55.	O Combate à Pandemia Covid-19 nas Periferias Urbanas, Favelas e Junto aos Grupos Vulneráveis: Propostas imediatas e	Diversos proponentes	24/04/2020	https://forumreformaurbana.org.br/2020/04/24/redes-entidades-nacionais-lancam-documento-politico-unificado-com-propostas-imediatas-e-estrategias-de-acao-de-combate-ao-covid-19-na-perspectiva-do-direito-a-cidade-e-da-justica-social/

	estratégias de ação na perspectiva do direito à Cidade e da justiça social			
56.	O governante sem discernimento aumenta as opressões – Um clamor de fé pelo Brasil	Evangélicos progressistas	22/05/2020	https://observatoriosc.org.br/noticia/cresce-a-oposicao-de-evangelicos-a-bolsonaro-clamor-de-fe-pelo-brasil/
57.	Ofício N. 7/2020-PRES	Colégio de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil - CODEPRE	29/05/2020	http://www.tjpi.jus.br/portaltjpi/noticias-tjpi/colégio-de-presidentes-de-tribunais-de-justica-do-brasil-emite-documento-em-apoio-ao-supremo-tribunal-federal/#:~:text=Excelent%C3%ADssimo%20Senhor%20Presidente%3A-O%20Col%C3%A9gio%20de%20Presidentes%20de%20Tribunais%20de%20Justi%C3%A7a%20do%20Brasil,dos%20cidad%C3%A3os%2C%20ao%20Estado%20Democr%C3%A1tico
58.	PAA – Programa de Aquisição de Alimentos: Comida Saudável para o Povo	Articulação Nacional de Agroecologia	08/03/2020	https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2020/04/PAA-Comida-Saudavel-para-o-Povo-2.pdf
59.	Pandemia Covid-19 e Direitos Humanos no Brasil	Diversos proponentes	08/04/2020	https://rets.org.br/node/20403
60.	Para salvar vidas e não os lucros: FORA BOLSONARO!	Frentes Brasil Popular e Povo sem Medo	08/04/2020	https://plataformacascais.com/plataformacascais/artigos/partilhado/123126-para-salvar-vidas-e-nao-os-lucros-fora-bolsonaro.html
61.	Petição de impeachment popular com nomes de representantes das entidades.	Diversos proponentes	14/07/2020	https://resocie.org/wp-content/uploads/2020/07/Petic%CC%A7a%CC%83o-de-impeachment-popular-com-nomes-de-representantes-das-entidades.-1.pdf
62.	Plataforma Emergencial do Campo, das Florestas e das Águas pela Vida e para o Enfrentamento da Fome diante da Pandemia do	Movimentos sociais, sindicatos e entidades organizadas em torno da agricultura familiar, da reforma agrária, dos povos e comunidades tradicionais, da agroecologia e da soberania alimentar	01/05/2020	https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2020/05/Plataforma-Emergencial-do-Campo-atualizado-01.05.20202.pdf

	Coronavírus			
63.	Policiais antifascismo em defesa da democracia popular	Policiais antifascistas	05/06/2020	https://resocie.org/wp-content/uploads/2020/07/1591378111234_POLICIAIS-ANTIFASCISMO-EM-DEFESA-DA-DEMOCRACIA-POPULAR-1.pdf
64.	Por nuestras vidas, nuestros territorios, nuestros cuerpos, nuestros derechos frente al Covid 19	Las organizaciones de mujeres indígenas, organizaciones feministas, ecofeministas y de la sociedad civil	30/06/2020	https://soscorpo.org/fospa-por-nuestras-vidas-nossos-territorios-nuestros-cuerpos-nuestros-derechos-frente-al-covid-19/
65.	Propostas da sociedade civil para garantia de direitos humanos à População de Rua	Campanha Nacional Criança Não é de Rua, Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua, Movimento Nacional da População de Rua e Pastoral Nacional do Povo de Rua.	24/03/2020	https://cedecarj.files.wordpress.com/2020/03/propostas-da-sociedade-civil-na-garantia-de-direitos-humanos--documento-final.pdf
66.	Propostas de medidas para reduzir os impactos da pandemia de Covid 19 nos territórios das favelas brasileiras	Central Única das Favelas (CUFA)	18/03/2020	https://www.cufa.org.br/noticia.php?n=MjYx
67.	Propostas dos movimentos populares para enfrentar a crise do coronavírus	Movimentos populares	25/03/2020	https://revistaforum.com.br/colunistas/raimundobonfim/propostas-dos-movimentos-populares-para-enfrentar-a-crise-do-coronavirus/
68.	Somos 70 por cento	Eduardo Moreira (economista)	30/05/2020	https://edumoreira.com.br/movimento-somos-70-por-cento/
69.	SOS AMAZÔNIA - Fridays For Future Brasil pelo enfrentamento da crise COVID-19 nas comunidades tradicionais da Amazônia	Jovens ativistas		https://fridaysforfuturebrasil.org/
70.	Todas as vidas valem	Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH)	15/05/2020	http://todasasvidasvalem.mndhbrasil.org/2020/05/19/manifesto-da-campanha/
71.	Tributar os ricos para enfrentar a crise	Auditores Fiscais pela Democracia; Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil; Federação	01/04/2020	https://www.anfip.org.br/artigo-clipping-e-imprensa/fiscais-da-receita-federal-propoe-tributar-os-

		Nacional do Fisco Estadual e Distrital; Instituto Justiça Fiscal		ricos-para-enfrentar-a-crise/
72.	Urgente apreciação de medida cautelar e da tutela de urgência incidental para suspensão dos efeitos dos artigos 107 e 110 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, na redação dada pela Emenda Constitucional 95, de 2016	Ação Educativa, Assessoria, Pesquisa e Informação; Conectas Direitos Humanos; Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente-Ceará; Campanha Nacional pelo Direito à Educação e Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação; Organizações da sociedade civil devidamente qualificadas nos autos como amici curiae, representadas nesta petição pelo Coletivo de Advocacia em Direitos Humanos – CADHu	16/03/2020	https://resocie.org/wp-content/uploads/2020/07/Pedido_urgente_suspens%C3%A3o_EC95_1FINAL.pdf